

## Prudência e educação em Tomás de Aquino

Paulo César Rodrigues Júnior

### Resumo

Inúmeros tratados sobre as ações humanas e a possibilidade de que elas sejam cada vez melhores foram organizados durante a história da humanidade. Se hoje distinguimos a temática das virtudes na educação, houve uma longa trajetória para se chegar a esse conhecimento que, embora discutido desde a Grécia antiga, ainda permanece presente na contemporaneidade. Ao longo da história da filosofia, houve alguns períodos de maior produção teórica, isso, devido a certas variáveis e transformações importantes que propiciaram uma maior reflexão filosófica. O século XIII d.C. foi um desses momentos áureos da filosofia. Muitos escritos foram produzidos por diversos pensadores dessa época. Portanto, vale destacar que, naquele momento histórico, o conhecimento teológico exerceu fundamental influência, em que se buscou uma síntese cada vez mais elaborada entre fé e razão e, em cujo contexto, a virtude foi um tema amplamente refletido. Além disso, a difusão das obras aristotélicas no mundo ocidental foi um acontecimento de importância capital, impulsionando a relação sistemática entre fé e razão. Esta relação é importante, na medida em que as preocupações religiosas com a boa ação dos indivíduos viriam a contribuir com a aplicação da busca pelas virtudes também ao uso da razão, garantindo a segurança coletiva no emprego e no desenvolvimento do conhecimento e educando os estudantes para aproveitarem de modo otimizado seu tempo e suas oportunidades de estudo. Na trilha dos pressupostos acima relacionados, o objetivo central deste trabalho é apresentar a virtude da prudência na concepção de Tomás de Aquino e expor sua relação com a educação, sendo a prudência uma inspiração e uma possibilidade de aprimoramento e melhor aproveitamento de todo o processo de ensino-aprendizagem. Na relação entre as virtudes, o Aquinate assume a prudência como a arte de decidir corretamente. É a virtude que considera o **aqui e o agora** sobre a realidade, com a qual o ser humano se depara e requer dele uma decisão. Em face desse objetivo, levanta-se a seguinte questão-problema – norteadora do estudo: como a concepção da virtude da prudência, à luz do pensamento tomasiano, pode contribuir para o aprimoramento da práxis educativo-pedagógica no tocante à estrutura escolar, à relação professor- aluno e ao aproveitamento dos conteúdos previstos na matriz curricular? Considerando a atitude de aprendizado uma postura do sujeito ao conhecimento, foram vivenciadas, nas práticas do estágio, uma realidade na qual foi possível observar atitudes que, muitas vezes, causam desatenção e desinteresse, dificultando a adequada realização do processo educativo e, conseqüentemente, pondo a perder a objetividade do mesmo. Partindo desse pressuposto, justifica-se a realização deste estudo, que examina o tema diante das opções apresentadas pelas circunstâncias da vida, relevando-se que a virtude da prudência é de fundamental importância para que professor e aluno possam assegurar o melhor aproveitamento de suas atividades, enriquecendo suas contribuições institucionais e sociais. Importa enfatizar o fato de que na pedagogia tomasiana fica claro que o principal agente do processo educativo não é o professor, mas, sim, o aluno. O professor é auxiliar,

facilitador, mediador, no processo de ensino aprendizagem; é aquele que ajuda o aluno a desenvolver suas capacidades, colaborando no auxílio e esclarecimento de suas próprias atividades. Visando responder à questão-problema deste trabalho, a metodologia utilizada se enquadra no formato de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, constituindo-se como investigação teórica desenvolvida a partir de leitura sistemática e aprofundada de algumas obras de Tomás de Aquino e de comentadores, complementada por um trabalho de campo em que o pesquisador desempenhou a função de estagiário e observador participante, registrando em relatórios sua experiência de estágio em uma escola da rede pública.

Palavras-chave: Educação. Tomás de Aquino. Virtude. Prudência.

### **A *erziehung* hegeliana:**

O papel da educação formal na constituição ética do indivíduo

Reuler Moreira Nascimento  
Rômulo Gomes de Oliveira

#### **Resumo**

O pensador alemão Georg W. F. Hegel apresenta em seus escritos uma tese na qual defende a importância da educação na constituição ética dos indivíduos, afirmando que cabe tanto à escola quanto à família a responsabilidade de educar as crianças e os jovens para o bom cumprimento dos direitos e deveres. Dessa forma, a presente pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo etnográfico, enveredará-se por esse pensador, na tentativa de questioná-lo e aplicá-lo à realidade atual do país. De forma sucinta, pode-se dizer que Hegel propõe que haja, na esfera ética, uma união entre a objetividade presente no mundo grego – expressa na cultura, na visão da *pólis* como essencial ao desenvolvimento do indivíduo – e a subjetividade presente nos períodos medieval e moderno (“mundo cindido”) – expressa na formalização da ética e na tomada de consciência da liberdade como essência humana. À educação formal ou “procedimentos pedagógicos” (*Erziehung*) cabe a formação dos indivíduos dentro dessa nova perspectiva ética, que busca conciliar efetividade (objetividade) e razão (subjetividade). Dessa maneira, conforme afirma no discurso de encerramento do ano letivo do Ginásio de Nuremberg, em 02 de setembro de 1811, a escola tem o papel importante de fazer com que os princípios e as formas de ação sejam praticados de modo consciente pelo espírito, pela consciência, e não simplesmente como costumes que se convertem em hábitos. O cidadão inserido nessa nova compreensão participa da lei ao se deixar determinar não por ela, mas pela sua própria razão, ou seja, pratica a lei, tendo consciência de que ela é expressão da vontade universal. Hegel, então, insere a *Erziehung* como uma das principais preocupações do Estado, pois ela liga o interesse do indivíduo aos interesses da sociedade. A família eleva a criança de sua condição natural à autonomia e, na escola, ela estabelece relações mais profundas com a sociedade civil, aprende a determinar seu agir segundo as normas que regem aquela determinada sociedade. Note-se que Hegel não escreveu uma obra específica sobre o problema pedagógico, mas proferiu uma série de discursos em solenidades nas instituições em que trabalhou como educador, reunidos na obra *Escritos Pedagógicos*. Alguns estudiosos veem Hegel apenas como um pensador extremamente abstrato e complexo. Todavia, uma tentativa de maior compreensão de seu pensamento evidencia o quanto suas ideias são concretas e possuem aplicabilidade a uma série de problemas muito presentes na realidade. O papel da família, da escola e do Estado na formação ética do indivíduo, a educação escolar frente à garantia da liberdade e a necessidade de disciplina dos alunos e a finalidade da educação são alguns dos problemas que o pensador alemão aborda e que serão discutidos ao longo desta pesquisa. Como tais problemas são de grande relevância também hoje, especialmente no contexto social do Brasil, marcado por profundas crises de natureza ética e pedagógica, percebe-se a urgência de uma análise mais profunda e de uma tentativa de atualização dessas ideias.

Palavras-chave: Espírito. Educação. Eticidade. Liberdade. História.

**Lévinas e a educação intersubjetiva:**  
A relação eu-outro na pedagogia da alteridade

Márcio José Ferreira Júnior  
Antônio Carlos Trindade da Silva

**Resumo**

O presente trabalho, tomando por base o filósofo judeu e francês Emmanuel Lévinas (1906-1995), refletirá sobre um olhar diferenciado para as relações intersubjetivas, isto é, as relações que manifestam o Eu e o Outro, contudo, no âmbito educacional. Perpassando o pensamento deste filósofo, envolverá a ideia da experiência que o sujeito realiza com o rosto do Outro, diante da interpelação à responsabilidade ética do Mesmo, isto é, o movimento do Mesmo ao encontro do Outro causa-lhe uma responsabilidade ética. Com isso, percebe-se a positividade de uma relação intersubjetiva no processo educacional. Estabelecendo uma aproximação entre ética e educação, será apresentada uma avaliação crítica da pedagogia da totalidade, isto é, da pedagogia tradicional, em que emerge a centralidade do sujeito autônomo e racional, fundado no saber técnico-instrumental e ensinado pela maestria do Mesmo. O Outro é um dos grandes temas a serem desenvolvidos no processo educacional. Sendo assim - iluminado pelo conceito de Lévinas de uma subjetividade constituída na ideia de Infinito, ou seja, abertura ao outro – demonstrar-se-á que as reflexões levinasianas abrem vias para se pensar os desafios da educação contemporânea, elucidando a emergente necessidade do resgate de um outro modo de ser pedagógico, essencialmente ético. Esta contribuição levinasiana acontece na ressignificação de um novo modo de ensino, fundamentado propriamente no Outro, isto é, no que se chamará de pedagogia da Alteridade. Uma pedagogia que, essencialmente, rompe com as subjetividades solipsitas difundidas na modernidade. Desse modo, os objetivos que se pretende chegar com este trabalho é apresentar, de forma sistemática, os benefícios possíveis a um processo de aprendizado da relação intersubjetiva. Melhor dizendo, apresentar os pontos positivos que um processo de aprendizado pode adquirir, quando se rompe com uma pedagogia do Mesmo - em que o ensino é ministrado por meio de um mediador do conhecimento – e assumir a prática da pedagogia da Alteridade, que se estabelece, justamente, através da relação do Mesmo com o Outro, pela ética da responsabilidade emergida do contato com o Rosto do Outro. Apresentar as bases do pensamento levinasiano no que diz respeito à Pedagogia da Alteridade. E iluminar a necessidade de uma transição para um outro modo de ser pedagógico, fundamentalmente, ético. Isto é, buscar romper com a pedagogia do Mesmo e preencher o processo de ensino com a Pedagogia da Alteridade que Lévinas apresenta em sua filosofia. Estes objetivos surgem de um problema central desta pesquisa, que é: como se pode promover, na educação, um progresso pedagógico, no que diz respeito à relação professor/aluno, diante de uma filosofia da alteridade apresentada por Emmanuel Lévinas? Sendo assim, é possível promover um progresso pedagógico a partir do contato professor/aluno, quando ambos tomarem consciência da necessidade de uma relação intersubjetiva, ou seja, interpessoal. Como também, a grande responsabilidade que o Outro provoca no Eu. Também, de forma mais técnica, romper com uma ideia pedagógica em que o professor é tido como um mediador do

conhecimento, sendo ele o único capacitado para dominar um determinado conteúdo, promovendo um distanciamento interpessoal. Com isso, o aluno perde o contato intersubjetivo, sendo impedido de assumir o protagonismo de seu processo educacional. Portanto, o processo de desenvolvimento da consciência ética, à luz do pensamento levinasiano, de uma pedagogia da alteridade, consiste na abertura que o Eu, necessariamente, precisa ter a uma experiência do Infinito. Isto é, não permanecer fechado na esfera do Mesmo, mas ter uma compreensão que o Outro precisa continuar sendo o Outro e não um outro Eu. Desse modo, o aluno também se torna um protagonista de seu conhecimento, justamente pela troca de experiências que acontecerão entre ele e o professor.

Palavras-chave: Alteridade. Mesmo. Outro. Pedagogia.

**A crise da humanidade europeia e a Filosofia:**  
A função da Filosofia enquanto fundamento humano

Jorge Graciliano Tostes Pereira

**Resumo**

Esse artigo tem por objetivo refletir sobre os conceitos husserlianos do projeto fenomenológico, sobre a sua definição de filosofia, sobre a função da filosofia enquanto fundamento humano e questões que poderá justificar a crise europeia apontada por Husserl, na obra **A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia** (2006). Edmund Husserl é um filósofo alemão do século XIX/XX. Nasceu em Prossnitz, na Morávia em 8 de abril de 1859. Sua primeira formação foi em matemática, astronomia e física. Doutorou-se em matemática com sua tese do cálculo das variações. Logo depois, dedicou-se à filosofia tornando-se aluno de Frans Bretano (1838-1917) e Carl Stumpf (1848-1936). Husserl ao longo de sua vida deixou mais de quarenta mil páginas estenografadas, nos legando uma riqueza gigantesca em suas reflexões. Uma delas é sua obra **A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia** (2006) a qual nos debruçaremos nesta pesquisa. Essa obra possui o centro de todo o pensamento Husserliano em sua mais vasta riqueza de conceitos vitais do projeto fenomenológico do último Husserl. Trata-se de uma reflexão teleológica (historicidade) da razão, em outras palavras, de uma reflexão fenomenológica da consciência intencional ao longo da história, desde os gregos na antiguidade século VII a.C até a Europa do século XX. O projeto fenomenológico nunca esteve de cunho pronto e acabado. Talvez seja porque seu objeto, o homem, na sua multiplicidade existencial da vida, é constituído e constitui o mundo ao mesmo tempo. Ou talvez, a intenção do autor foi a de manter em aberto, para haver contribuições e refinamentos do seu pensamento, como de fato ocorreu através seus posteriores. O filósofo não se refere Europa como um espaço geográfico, mas uma Europa espiritual, que traz consigo um proto-fenômeno chamado Filosofia Grega (século VII-VI a.C) ou Filosofia Universal. O autor coloca essa ciência universal, a Filosofia, como possibilidade de renovação diante da crise, em que se pode desvelar enquanto sentido histórico de finalidades infinitas da razão. Torna-se claro, então, que a Filosofia como ciência universal do todo tem a função de conversão do indivíduo pela razão, chegando ao mais alto nível de reflexividade. Com isso, é possível estabelecer uma conexão ideal entre as gerações que se renovam em um processo contínuo de desenvolvimento no sentido de um desvelar. Há uma enteléquia, um princípio ativo ao conhecimento, que envolve a consciência humana, uma intenção que possibilita a pensar e refletir nos vários aspectos que a constitui. É possível, então, descrever as estruturas da consciência pela atitude transcendental. Os conceitos como temporalidade, enteléquia, Lebenswelt, Noesis, Noemas, intencionalidade, subjetividade, intersubjetividade, linguagem, tornará mais claro nossa reflexão em torno do problema apontado por Husserl. Torna-se, então, possível uma normalidade ideal moral, ética, social e educacional que tem por objetivo o bem estar humano. Portanto, deve-se deixar de lado o Naturalismo, todo e qualquer preconceito que reduza a humanidade à objetividade, negando a razão universal.

Palavras chave: Europa espiritual. Desenvolvimento. Filosofia. Proto-fenômeno. Reflexividade.

## Caminho-para-a-morte

José Carlos Pereira Gervásio

### Resumo

Neste artigo trataremos o conceito de morte, ela é um fenômeno natural a todos, pois, uma vez lançado na existência o homem está a todo instante aberto a possibilidade de totalizar. A morte se finda no tempo o que limita a existência do homem. O tema proposto não será tratado biologicamente, e sim em seu sentido filosófico. Na tradição filosófica a morte é entendida ou questionada como finitude ou cessação da existência humana. Neste artigo será feita uma reflexão a partir da leitura da filosófica de Martin Heidegger na perspectiva investigativa fenomenológica-ontológica, detendo, sobretudo, em alguns conceitos heideggerianos de ser-para-a-morte, ser-todo e autenticidade. Diante da complexidade e riqueza dos textos a pesquisa será pautada na segunda seção cuja reflexão pretende descobrir que o tempo e finitude é a estrutura mais profunda e radical da existência humana, que ontologicamente faz uma investigação do ser que dá no tempo, ou seja, o existir se mostra, se revela no tempo que é o ser-lançado na existência. Na cultura ocidental contemporânea, em geral o homem vela a morte, pois ele não quer se deparar com o fim da sua existência, pois ele vive sua presença na inautenticidade, fechado as possibilidades existencial da vida. Para o filósofo alemão, nas pesquisas realizadas, sobretudo em sua obra e alguns comentadores de sua obra *Ser e Tempo* (2007), a morte é a possibilidade para que a vida seja redimensionada e vivida de forma autêntica, pois o homem está em constante vigília em relação aos fenômenos que lhe são apresentados. O ser lançado no mundo faz com que o homem lembre-se que possui um fim e que para esse fim ele caminha, pois, uma vez lançado na existência o ser é responsável para o fim da mesma, portanto a morte é uma condição irreversível e intrínseca a sua existência. Este assunto nos é, por vezes, tão óbvio, que obscurece toda experiência existencial. A interpretação do tema proposto remete a uma compreensão do homem. A pesquisa não tem a intenção de elaborar uma norma para tal caminho, assim como o filósofo não se trata de um mero método ou uma receita de como chegar ao fim da vida, porém de como viver à vida sabendo de que um dia a existência não mais será se existirá, ou seja, o ser deixa de ser. A partir do título faz necessário ressaltar que esse caminho é de possibilidades para uma vida de projetos. Portanto, a morte é pois segundo o filósofo a possibilidade mais própria, incondicionada e insuperável. Assim o finar é a causa ontológica de possibilidades. Caminhando para-a-morte o ser “ainda-não” possui possíveis caminhos para tal existência. Viver para o fim, então, é o ser autêntico no seu sentido existencial, pois nos afasta do velamento das simples circunstâncias. Que por sua vez, a inautenticidade acaba fazendo com que a vida seja de tal modo como apenas um fato, talvez sem o sentido pelo qual é proposto a partir do conceito de morte em Heidegger.

Palavras-chave: Martin Heidegger. Existência. Ser-para-a-morte. Possibilidade. Autenticidade.

## A existência de Deus como garantia da veracidade científica nas meditações metafísicas em René Descartes

Allisson Cândido Modesto da Silva  
Robione Antônio Landim

### Resumo

Esta comunicação pretende abordar o papel de Deus na fundamentação da ciência em René Descartes. A pergunta que circunda todo este trabalho é a seguinte: Em que medida Deus é o fundamento da ciência em Descartes? A obra principal desta pesquisa é **As Meditações Metafísicas**. Nela, Descartes busca demonstrar uma verdade firme e evidente em que possa fundamentar a nova ciência. Deste modo, nosso estudo começa apresentando o contexto histórico no qual se encontrava o filósofo francês. As novas descobertas científicas, bem como a retomada do ceticismo antigo se referem algumas transformações que contribuem para a compreensão do projeto filosófico cartesiano nas *Meditações*. Descartes percebe problemas na filosofia de sua época. Ele mesmo aponta para o caráter de ruptura de sua filosofia. Havia muitas disputas inócuas, sem chegar à conclusão alguma. O problema, segundo ele, não estava na razão ou no bom senso, mas faltava o método para conduzir a razão. O método cartesiano possui quatro regras: aceitar como válido somente o que se apresenta como claro e distinto ao pensamento; dividir o problema em partes menores para se analisar; começar a resolvê-lo do simples ao mais complexo; e, por fim, fazer revisões para não deixar nada desconsiderado. Para a efetivação deste método, ele usará a dúvida, sobretudo como mecanismo de validação da primeira regra, pois desta dependem todas as outras. A dúvida cartesiana não é um fim em si mesma, mas um caminho para alcançar uma verdade. Nesse sentido, Descartes não é um cético à maneira clássica. Na medida em que duvida de tudo, isto é, dos sentidos, da matemática (argumento do Gênio Maligno) como fonte segura do conhecimento Descartes descobre o ponto arquimediano : o *cogito*. Quer dizer que por meio do exercício da dúvida, Descartes chega ao ponto fixo que buscava: a atividade do duvidar pressupõe o pensamento. Mesmo duvidando ele não pode duvidar de que duvida. Assim, ele concebe a existência do pensamento, pois quem duvida pensa e é alguém que pensa: “Penso, logo existo”. A existência da coisa pensante, *res cogitans*, é intuída. O terceiro momento desse estudo partirá da insuficiência do *cogito* para fundamentar a ciência. Pois mesmo tendo encontrado uma certeza, Descartes ainda não está em condições de afirmar de maneira clara e distinta a existência da realidade para além do cogito. Ele encontra-se em um solipsismo. Para superar esse estado, o filósofo usará o método: a partir de uma intuição ir deduzindo as coisas. Deste modo, trabalhará as ideias, pois são coisas existentes no pensamento, em especial, as ideias inatas. Dessas há uma que o remete a um Deus, que traz a ideia de perfeição. Perguntar-se-á como um ser imperfeito pode ter uma ideia de perfeição. Chegará à conclusão de que um ser perfeito a colocou em seu pensamento. Se o ser perfeito colocou esta marca em Descartes, ele existe, pois essência e existência coincidem em Deus, e é bom, pois são atributos de um ser perfeito. Deste modo, Descartes elimina o solipsismo que se encontrava e o argumento do gênio maligno, e valida a matemática. Com isso, valida a ciência, pois

Deus garante a validade do método matemático. Conclui-se, portanto, que a validação do conhecimento científico está atrelada à existência de Deus. Este sendo perfeito e bom, não permite que haja algum ser que possa me levar a ter como verdadeiro o que de fato não é.

Palavras-chave: Deus. Ciência. Método. Cogito. Dúvida.